2 — O montante referido no número anterior é devido independentemente do número de disciplinas em que o aluno se encontre inscrito.

Artigo 4.º

Modalidades de pagamento

A propina será paga em prestações iguais de € 250 cada e distribuídas pelos meses previamente definidos, a liquidar entre 1 e 8 do respectivo mês

SECÇÃO III

Aspectos gerais

Artigo 5.º

Pagamento fora de prazo

Os alunos que não pagarem a propina nos prazos estabelecidos terão de pagar a importância em dívida acrescida de juros legais, de acordo com o estipulado no artigo 29.º, alínea b), da Lei n.º 37/2003, e de acordo com a tabela de emolumentos da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Artigo 6.º

Consequências do não pagamento

1 — Nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, o incumprimento do pagamento da propina implica:

a) A nulidade de todos os actos curriculares praticados no ano lectivo a que o incumprimento da obrigação se reporta;

b) Suspensão da matrícula e da inscrição anual, com a privação do direito de acesso aos apoios sociais até à regularização dos débitos, acrescidos dos respectivos juros, no mesmo ano lectivo em que ocorreu o incumprimento da obrigação.

2 — Verifica-se haver incumprimento do pagamento das propinas quando não for feito o pagamento das prestações da propina nas datas previstas no artigo 2.º

3 — Sempre que haja lugar a inscrição em exame ou em melhoria de nota, tal não é permitido para aos alunos em incumprimento.

4 — Os registos no sistema de informação relativos a um dado ano escolar são de efeito nulo para os alunos em incumprimento.

5 — Só podem inscrever-se num ano escolar os alunos que tenham a sua situação regularizada relativamente aos anos anteriores, perdendo a matrícula os que o não tiverem feito.

Artigo 7.º

Anulação da inscrição

1 — Em caso de anulação da inscrição a pedido do aluno:

a) Até 60 dias após a data de inscrição, é devido o pagamento de 50 % do valor fixado para a propina anual;

b) Em data posterior ao prazo fixado na alínea a), o valor devido é o total da propina.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos de recolocação no âmbito do curso nacional de acesso, se expressamente consagrados na legislação aplicável.

Artigo 8.º

Alunos bolseiros

Os alunos bolseiros que comprovadamente não tenham condições para o pagamento da primeira prestação de propina, poderão requerer o adiamento do pagamento da primeira prestação para o dia seguinte ao recebimento da primeira prestação da bolsa de estudo.

Artigo 9.º

Disposições finais

Para além do pagamento da propina, deve também cada aluno suportar os prémios de seguro escolar que será de € 5 no ano lectivo de 2007-2008, bem como as taxas e emolumentos fixados na tabela, designadamente:

- Inscrição;
- Realização de exames na época de recurso e para melhoria de nota;
- Concessão de equivalências;
- Passagens de certidões e de diploma.

A emissão de certidões e de carta de curso só será feita depois do pagamento integral da propina.

Artigo 10.º

Dúvidas e omissões

As omissões e as dúvidas suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão sanadas por despacho do presidente do conselho directivo.

Artigo 11.º

Entrada em vigor e revisão

O presente regulamento aplica-se a partir do dia da sua publicação sendo revisto no próximo ano lectivo.

21 de Agosto de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento*.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 17 068/2007

Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 12 de Julho de 2007, foi concedida equiparação a bolseiro, em regime de tempo parcial, à Dr.ª Maria João Gonçalves Nunes Amante de Matos Trigo, directora de Serviços de Biblioteca e Documentação, a gozar dois dias por semana entre Janeiro de 2008 e Março de 2009.

23 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente, *Juan Pedro Moz-zicafreddo*.

Despacho n.º 20 875/2007

Nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a comissão de serviço da mestre Maria João Gonçalves Nunes Amante Matos Trigo no cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Biblioteca e Documentação.

9 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 950/2007

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 19 de Julho de 2007, foi autorizado o contrato administrativo de provimento da licenciada Ana Catarina Baptista de Jesus como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial, a 30 % na Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, pelo período de um ano com início a 1 de Setembro de 2007, a auferir a remuneração mensal íliquida correspondente ao índice 100.

17 de Agosto de 2007. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

Contrato (extracto) n.º 951/2007

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 22 de Maio de 2007, à licenciada Laura Isabel Machado Silvestre foi autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação, a 40 %, na Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, pelo período de seis meses, com início a 1 de Setembro de 2007, a auferir a remuneração mensal íliquida correspondente ao índice 100.

20 de Agosto de 2007. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

Contrato (extracto) n.º 952/2007

Por despacho de 2 de Junho de 2007 do reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar ao Doutor Fernando Sampaio Martins Amaro, em regime de exclusividade, para a Reitoria — Artes Visuais, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007, pelo período de cinco anos, auferindo a remuneração mensal íliquida correspondente ao índice 195.

21 de Agosto de 2007. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

Contrato (extracto) n.º 953/2007

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 22 de Maio de 2007, foi autorizado o contrato administrativo de provimento como